

AS TRAJETÓRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE MORADIA EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

João César Abreu de Oliveira Filho

Graduando do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
cesarfabreu@hotmail.com

Domingos Sávio de Almeida Cordeiro

Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE.
saviocordeiro@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por finalidade discutir elementos das trajetórias dos movimentos sociais urbanos de luta pela moradia no Brasil. Considerando a carência de estudos em cidades de médio e pequeno porte, este artigo demarca como universo geográfico o município de Crato, cidade média do Estado do Ceará. Trata-se de um estudo de caso, cujo objetivo é entender os processos da produção do espaço urbano a partir da ótica dos movimentos sociais em cidades de médio e pequeno porte que são palco de movimentos de luta pela moradia. Revisitamos a literatura existente sobre a temática dos processos de produção, organização e dinâmica dos espaços urbanos e apresentamos dados parciais de aproximação empírica, nos quais abordamos o papel das lideranças desses movimentos e sua trajetória recente.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos; Espaço Urbano; Moradia; Associação de Bairros; Liderança.

THE PATHS OF THE URBAN SOCIAL MOVEMENTS AND THE SPACES OF PRODUCTION OF HOME IN BRAZILIAN MEDIUM CITIES

Abstract

The present article has for purpose to discuss elements of the paths of the urban social movements of fight for the home in Brazil. Considering the lack of studies in cities of medium and small load, this article demarcates as geographical universe the municipal district of Crato, medium city of the State of Ceará. It is a case study, whose objective is to understand the processes of the production of the urban space starting from the optics of the social movements in cities of medium and small load that are stage of fight movements for the

home. We revisited the existent literature on the thematic of the production processes, organization and dynamics of the urban spaces and we presented partial data of empiric approach, us which approached the paper of the leaderships of those movements and your recent path.

Key-Words: Urban Social movements; Urban space; Home; Association of Neighborhoods; Leadership

Introdução

A temática dos movimentos sociais e do espaço urbano brasileiro, freqüentemente discutida nos campos da geografia, da sociologia, do planejamento urbano, entre outros, é de fundamental importância, ao possibilitar a compreensão e análise de muitos dos problemas das cidades. Há problemas sociais que se intercalam, se sobrepõe aparentemente numa imensa diversidade de expressões, mas que, na maioria das vezes, decorrem do sistema vigente, ou seja, remetem ao capitalismo, onde os meios de produção, caracterizando uma sociedade estratificada em classes, consomem e produzem um espaço desigual, que exclui, cria distinções (BOURDIEU, 2007) e acirramento de conflitos sociais.

O aumento das riquezas e do desenvolvimento econômico dos países centrais é acompanhado por terrível desigualdade, tanto entre os Estados-Nações, como mesmo internamente, em boa parte das sociedades mais prósperas e, aparentemente, mais consolidadas em suas instituições políticas. As grandes cidades e suas regiões metropolitanas tem se apresentado como a expressão mais aguda e complexa dessa problemática, em que se misturam riqueza, desigualdade, progresso tecnológico, analfabetismo, desemprego, ressentimento, tensão social e conflitos de toda ordem. (VELHO, 2004, online).

Os movimentos sociais foram e são um dos instrumentos mais importantes na produção dos espaços da cidade, eles se consagram por formar uma dinâmica social dentro desses espaços, e com isso, efetivar lutas por melhores condições de vida e sobrevivência.

A literatura que aborda o temário dos movimentos sociais urbanos se baseia na maioria das vezes, em grandes cidades ou regiões metropolitanas. Há, portanto, uma lacuna em pesquisas que foquem esses processos no ambiente social de cidades médias.

Consideramos uma cidade média de acordo com os indicadores do IBGE (2007) que estabelece o critério para cidade aquelas cuja população estão entre 100.001 a 500.000 habitantes.

Objetivo

Nosso objetivo aqui é tratar dos movimentos sociais no âmbito das cidades médias brasileiras, partindo-se de pressupostos e análises desenvolvidas na cidade do Crato, sul do Estado do Ceará.

A escolha do Crato tem características importantes a se considerar. Para estudar os movimentos populares que lutam por moradia no Brasil em suas generalidades pode-se tomar qualquer um ao acaso que o escolhido trará fundamentos e elementos de organização dos demais. Tais movimentos sociais são representativos de generalidades dos demais movimentos em distintos contextos ou em contextos semelhantes. A escolha daquele município significa uma representação aleatória de uma situação freqüente. Por outro lado, esta não é uma casualidade do ponto de vista da pesquisa em Ciências Sociais quando se pretende trazer maior riqueza interpretativa ao tema.

É comum a esses movimentos que suas ações e conquistas traduzam-se na produção do espaço das cidades, além do que, são instrumentos que apresentam formas de atuação contraditórias: ora são reprodutores da ótica do capital, ora se caracterizam como espaços socializados e democráticos. Essa contradição refere-se ao fato de que os movimentos valorizam a propriedade privada ao mesmo tempo em que ocupam áreas na maioria das vezes pertencentes aos grandes detentores do capital.

Metodologia

A produção deste artigo foi precedida por emprego de observação participante no que se refere à atuação dos movimentos sociais na cidade do Crato – CE; ou seja, fizemos observações em campo, acompanhamos eventos, assistimos reuniões e entrevistamos líderes e participantes dos movimentos durante seis meses. Nossa ênfase na metodologia operacional foi focar os objetivos, ou seja, produzir dados para compreensão dessa realidade social, invés de nos determos em técnicas de levantamento de dados. Após uma revisão de referencial teórico no campo dos movimentos sociais urbanos, apresentamos aspectos dos movimentos pela moradia local, sua trajetória recente, o papel da liderança e a configuração atual, e inferências da pesquisa em andamento.

Fundamentos Teóricos dos Movimentos Sociais Urbanos

Os movimentos sociais urbanos atuam no espaço geográfico da cidade a partir das problemáticas urbanas relacionadas com o processo de uso e ocupação do solo, com a apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos urbanos coletivos (SANTOS, 2008).

Antecipadamente, é necessário destacar que não há um consenso entre a maioria dos autores a respeito do conceito de movimento social (SCHERER-WARREN, 2005). Predomina, contudo, a idéia de que tais movimentos constituem-se como modo de ação coletiva e abrangente de relações socialmente conflituosas (RENOM, 1996). Compreendendo os movimentos sociais nesse rol, Gohn (2007, p. 13) afirma que:

(...) ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2007).

Nesta pesquisa compreende-se que os movimentos sociais urbanos não são um todo homogêneo, mas que podem se situar num amplo leque de classificação. Em termos de contribuição nas análises dos referidos movimentos, há possibilidade de percebê-los a partir da predominância teórica que orienta suas práticas. Destacam-se de maneira ampla movimentos bastante distintos em suas especificidades, mas com referenciais semelhantes, ou seja, que apresentam inspiração predominante nas mesmas doutrinas ou bases teóricas.

Os movimentos inspirados nas teorias marxistas dão ênfase à produção e reprodução da força de trabalho. Neste referencial teórico dá-se destaque às necessidades e carências enfrentadas pelas classes e segmentos sociais envolvidos no processo de luta por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas no processo da relação capital e trabalho que abrange todo o modo de produção e institui as contradições exercidas no interior dos aparelhos do Estado (SANTOS, 2008). Essas lutas compreendem o sentido de busca por nivelamento abrangente a toda sociedade brasileira, abolindo todas as diferenças

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

tidas como “naturais” pelas classes dominantes, os prestígios tidos como legitimamente conseguidos, e também o efeito da cultura e tradições nacionais, e identidades.

[...] a tradição marxista valoriza a experiência comum de classe e acentua, em certas interpretações, o caráter extra e supranacional da luta política, desenfatura os laços comuns, patrimônio cultural de que poderiam participar classes distintas, para enfatizar, por exemplo, a experiência básica comum de exploração a que estaria submetido o proletariado. Expressões ou termos como burguesia internacional, unidade internacional proletária tendem a sublinhar a importância de experiências e interesses sociológicos e históricos comuns em detrimento das noções de identidade e cultura nacional. (VELHO IN NUNES, 1978, p. 38-39).

Outros movimentos podem ter influência de noções que tem por base os enfoques compreensivos ou “teoria da ação social” a partir de Max Weber. Essa se preocupa em perceber os processos sociais considerando o sentido das ações dos indivíduos envolvidos na organização social. Acontecimentos que atingem a sociedade mais ampla, a vida cotidiana e os atores envolvidos têm aqui relevância. Considera-se a subjetividade dos atores envolvidos nos fenômenos sociais, isto é, os indivíduos considerados como atores sociais desenvolvem ações que tem um sentido a ser considerado.

Segundo Santos (2008) essa corrente teria produzido formas de análise dos movimentos sociais em dois autores: a partir Alan Touraine, o “enfoque da ação social” que afirma os movimentos sociais como coração da sociedade, isto é, a partir das ações exercidas eles projetam uma nova sociedade política, no próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitária; a partir de Claus Offe, “o enfoque institucional”, que enfatiza o processo de institucionalização dos movimentos sociais. A explicação está centrada nas ações políticas e culturais dos indivíduos. Analisa-se os movimentos sociais no seu âmbito interior, tendo como eixo as relações internas, os fatores culturais, as ações dos atores, buscando compreender suas práticas, o sentido das ações, as representações criadas e as problemáticas vivenciadas pelos diversos atores sociais e suas lutas.

Outra possibilidade classificatória consideraria os autores que se destacam como inspiradores nos “movimentos de minorias”, daqueles grupos ou subgrupos que não participam em igualdade de condições da vida social. Os autores que mais se destacam são: Foucault, Deleuze e Guatari. Fazem parte do rol dessa classificação os movimentos negro, de homossexuais, de mulheres dentre outros. Estes movimentos baseiam-se na noção de alteridade. Visa-se: desenvolver a tolerância para com o diferente, criar mecanismos de

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

reconhecimento de direitos e aceitação da noção de equidade social, étnica, política, geracional, sexual e de gênero por parte da sociedade civil. Os sistemas culturais tradicionais tendem a excluir indivíduos estigmatizados negativamente como deficientes, loucos, diferentes, anormais ou especiais. A mudança social necessária para superação das barreiras criadas a esses indivíduos implica em haver mudanças culturais, de hábitos e costumes tradicionais. Segundo Santos (2008) a luta principal desse modelo seria pela autonomia.

Uma dessas possibilidades classificatórias seria enquadrar determinados movimentos sociais como instrumento de reivindicação, insatisfação ou descontentamento com a atuação dos poderes, a legislação, de maneira ampla, com o Estado. Há um aspecto de resistência a políticas públicas e a ausência do Estado em questões sociais, e outro aspecto que reivindica atenção estatal, novas leis, políticas públicas, mudanças e melhoramentos em instalações comunitárias, equipamentos sociais, e serviços públicos de qualidade.

Há ainda a perspectiva dos movimentos sociais como manifestações coletivas, baseadas no desejo de participação da sociedade através da política, esses movimentos se contrapõe a ótica do Estado e buscam na maioria das vezes, uma maior representatividade na política. Santos (2008). Esses dois últimos teriam o principal diferencial no alcance de suas organizações e mobilizações. Os primeiros com objetivos mais imediatos e pontuais. Os segundos com metas de inserção e atuação nas instâncias estatais.

Entendendo movimentos sociais como ação coletiva Oliveira (2009, p. 2).considera dois pontos de vista predominantes na análise acadêmica dos movimentos sociais: o viés estruturalista, no qual os movimentos sociais seriam herdeiros de movimentos operários ou revolucionários em luta pelo poder. Os temas seriam a luta de classe, tomada de poder, exploração e revolução. E o segundo, que consistiria em enfoques que assinalam os movimentos sociais numa perspectiva relacional / reflexiva. Para esta noção, estes movimentos seriam atores com ações situadas no campo cultural, e não de atuação em luta pelo poder. Os temas debatidos seriam identidades, cultura, subjetividade, autonomia, e interação política.

Estas formas de classificação têm um efeito mais didático e orientador do debate, pois que nas formas de atuação dos movimentos há elementos diversificados para além das perspectivas teóricas que entram em conexão. As bases teóricas podendo ser noções acadêmicas, ideológicas, visões de mundo etc., são no mais das vezes, importadas, de outros contextos sociais e culturais. A nosso ver, tais noções quando incorporadas pelos agentes

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

geram modos de atuação pública que são ressignificados em conjunto com as práticas locais e os valores da cultura nativa. Isto nos leva a ter atenção ao fato de que no trabalho científico, as classificações ou categorias de análise se dão sobre dimensões da realidade social muito mais complexas do que as pré-noções indicam. Em outros termos, “os movimentos sociais estão intimamente ligados a mudança social, e vários aspectos das sociedades contemporâneas são provavelmente conseqüências dos movimentos sociais.” (RENON in OUTHWAITE; BOTTOMORO, 1996. p. 500). Compreender os processos de mudança social que são culminância dos movimentos sociais implica considerar que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia se caracterizam pela dinâmica da produção do espaço urbano, compreendendo a dimensão de luta, de uso, apropriação e produção do espaço.

Tais movimentos ocorrem em diferenciação de outros tipos, que convergem para lutas e manifestações de problemas sociais de outras ordens, podendo gerar transformações históricas a partir de bases locais e práticas inseridas no cotidiano por meio de atividades que são fontes geradoras de atividades e inovações socioculturais. (GOHN, 2007)

A Noção de Produção do Espaço

A expressão “produção do espaço” num primeiro instante foi formulada pelo filósofo Henri Lefebvre. O espaço para ele consiste “no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições” (LEFEBVRE apud GODOY, 2004, p. 31).

A produção do espaço para Godoy (2004, p. 14) consiste na “realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho”. Segundo este autor (2004, p. 33)

A produção do espaço é a produção de objetos que articulam e organizam em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material.

Dessa forma, entende-se que a produção do espaço se dá a partir das relações sociais definidas pelo trabalho e pela divisão social deste, ao mesmo tempo em que materializa

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

objetos e ações específicas enfatizadas pelos processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Já o espaço urbano, entendido como um local onde as contradições e as complexidades são efetivadas pela materialização dos processos de produção, percebe a “cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes.” (CARLOS, 2007, p. 23).

“A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura.” (CARLOS, 2007, p. 26). Dessa forma, a cidade é entendida como um local de moradia, de cidadania, de qualidade de vida e onde as relações sociais se materializam. Já o urbano entendido como um modo de vida.

Segundo o filósofo Frances Henri Lefebvre (2008, p. 59), há um papel da cidade, como interlocutor da vida urbana:

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade.

Assim, “a cidade é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda à espécie, que questionam a normatização da cidade e da vida urbana.” (CARLOS, 2007, p.26), que podem ser vistos também como instrumentos de combate a ótica capitalista em que a cidade se materializa.

Espaço de Atuação dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais atuam num espaço marcado pelas contradições sócio espaciais, efetivadas pela lógica do sistema capitalista, da globalização e de outros elementos ideológicos que perpetuam por dominar espaços e territórios. Dessa forma, esses movimentos resistem a um modelo excludor, desigual e perverso (SANTOS, 2006), pois a produção do espaço, somente é efetivada pelos monopólios capitalistas, como as empresas, indústrias e o

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

Estado. Na luta pela moradia esses movimentos se caracterizam por serem instrumentos que organizam e produzem a cidade através de uma dinâmica social baseada nos direitos iguais e na democracia, ou ainda no simples anseio dos direitos básicos de sobrevivência, o qual se encontra legalmente explícito na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Sua base são reivindicações relacionadas às conquistas sociais, principalmente ligadas aos direitos humanos, no caso a moradia, que através do processo de ocupação de loteamentos públicos ou privados, entram em conflitos com os políticos ou proprietários de lotes ou terras.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais não lutam nem reivindicam somente o acesso ao espaço da moradia, quer dizer a casa ou ao terreno para construir uma casa, mas também pelo reassentamento, habitação, preço dos alugueis, implantação de saneamento, instalação de luz elétrica, água e esgotos, além de diversos equipamentos urbanos necessários para se viver com dignidade.

O acesso a moradia ganha uma complexidade diferente da luta por habitação que caracterizou os movimentos na década de 1970 ao ser compreendida como um conjunto de elementos que possibilitaram condições adequadas de habitabilidade (habitação, saúde, transporte etc.) e não mais uma simples conquista de um teto. (SOUZA JUNIOR, [2007], p. 159).

Nessa perspectiva, entende-se que na maioria das cidades brasileiras, os problemas relacionados à habitação e as condições de vida se expressam de forma exaustiva e pertinente, pois evidenciam as contradições existentes dentro do modo de produção capitalista.

Sabe-se que a problemática do espaço urbano das cidades é efetivada pela divisão social do trabalho e pela dominação dos grupos detentores do capital, que controlam e regulamentam a cidade na ótica do capital, gerando assim, um processo de exclusão, dominação, espoliação e exploração das pessoas de baixo poder aquisitivo.

Segundo Carlos (2007) os diferentes usos da cidade, condicionam os espaços construídos de forma desigual e contraditória, pois a desigualdade espacial é produto da desigualdade social. Cidades médias, como é o caso do Crato, lócus desse estudo, vivencia a todo instante, problemas relacionados à moradia e a falta de equipamentos urbanos (água, luz, esgoto, escolas, postos de saúde, creches, praças e etc.), não na mesma intensidade das grandes metrópoles, mas com proporções que ganham visibilidade no cotidiano da cidade.

A Trajetória Recente dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

A trajetória dos movimentos sociais urbanos no Brasil, se expressa com maior visibilidade a partir da década de 70, onde se registrou o surgimento de vários movimentos populares, entre os quais os chamados “novos movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2005). Tais movimentos diferenciavam-se com várias vertentes de atuação, como por exemplo, o de caráter sindical, popular, rural, feministas, homossexuais, negros, ecológicos, moradia, e ONGs.

Diante dos movimentos sociais urbanos contextualizam-se os que lutavam por melhores condições de vida, incluindo reivindicações por escolas, energia, água, transporte, moradia e segurança. Sendo organizações extremamente perseguidas até a década de 1970, onde se configurava uma conjuntura política no Brasil caracterizado pelo regime militar, e sua ação autoritária e repressiva a organização da sociedade civil. Aqueles movimentos não estavam isolados, tinham apoio de facções, partidos políticos de esquerda, da ala progressista da Igreja, de estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas, enfim, dos segmentos que faziam oposição a ditadura militar.

No entanto, no início da década de 80, algumas expressões dos movimentos sociais, desapareceram ou enfraqueceram diante das políticas sociais implantadas pelo Estado. Outros se fortaleceram como é o caso da luta pela moradia, provavelmente devido ao grande crescimento populacional que acarretou em falta de moradia, a intensificação do processo migratório do campo para a cidade, aumento dos preços dos alugueis, novas legislação de uso e ocupação do solo e, sobretudo, a redemocratização do país. Nessa época caracterizam-se vários tipos de lutas, como pelo acesso a terra, regularização da propriedade, criação de mutirões para construção de casas, pelo reassentamento de comunidades que ocupam áreas de risco dentre outros.

Os Movimentos Sociais e a Produção dos Espaços de Moradia na Cidade do Crato-CE.

Como em quase todas as cidades brasileiras, o crescimento populacional na cidade do Crato se acentua a partir do processo de êxodo rural, que impulsionou a saída de muitas pessoas do campo em direção a cidade. Esse processo gerou muitos problemas, pois a cidade não detinha equipamentos urbanos e infra-estrutura suficiente para comportar o grande número de migrantes, gerando com isso, ocupação em áreas de risco, áreas de pobreza, favelas, precariedade urbana; e demandas sociais pelo desemprego, falta de escolas, creches,

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

postos de saúde, saneamento básico com esgoto a céu aberto, entre outros problemas que caracterizam a maioria das cidades brasileiras.

No Crato, o crescimento da cidade não foi acompanhado das condições essenciais de desenvolvimento urbano. Não atendendo às necessidades da população carente. A instalação de rede de distribuição de água e esgoto tem sido precária, não atingindo as novas áreas habitacionais. Também ainda falta por parte da Administração Pública, planejamento, ordenação e o regulamento de expansão da cidade. O crescimento desordenado e carente de infra-estrutura básica de saneamento e moradia acompanhou o surgimento de bairros: Seminário – e suas dezenas de comunidades, Batateira, Vila Alta, Alto da Penha; Barro Vermelho, Mutirão (FARIAS FILHO, 2007). O Bairro Seminário é onde acontecem movimentos que espelham a trajetória das lutas locais. Este bairro ocupa boa parte do território urbano da cidade de Crato. É nas áreas do perímetro urbano entre as que apresentam habitações contíguas, o território mais extenso, com maior número de habitantes e densidade populacional. As casas são, via de regra, conjugadas. Embora haja ruas habitadas por famílias de segmentos da classe média, a população predominante é de baixa renda. A urbanização atinge as ruas principais, mas há um grande número de “comunidades” que formam o bairro ainda em condições extremamente precárias em infra-estrutura e serviços urbanos. Parte dessas comunidades tem conseguido melhorias habitacionais através da ação reivindicatória das associações de moradores.

Em meio a dificuldades, as associações de moradores, buscando satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência e na luta por melhores condições de moradia, revelaram-se o protagonismo dos seus líderes.

Nessas associações a figura do líder / presidente tem o papel central. O movimento nasce e se mantém a partir de sua atuação. Em entrevista realizada em novembro de 2009, uma dessas lideranças, mulher, 45 Anos, presidenta da Associação Comunidade Vitória Nossa, narra sua atuação e o contexto de luta do movimento. A informante, migrante de outra cidade num município rural próximo inicia seu depoimento abordando “atrativos” que a cidade exerce sobre os migrantes, gente do campo ou de cidades menores do interior, entre o que se destaca as práticas urbanas, o modo de vida e os serviços públicos.

A vantagem que a gente encontra na cidade é a saúde e a segurança [...] [na cidade] temos escola, temos creche, temos saneamento básico [...] mas ainda falta muito [no bairro]. [...] a comunidade precisa muito de ter paz [...] O que agente precisa nesse momento também é a questão da união pra se fazer uma

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

sede que a comunidade não tem [...] Quando preciso faço reunião até no meio da rua, o terreno já temos, só falta a união que é difícil a gente trabalhar com ser humano é muito difícil. Também que ajuda precisa no bairro do Seminário não só do Vitória Nossa é a questão da segurança, o seminário em torno é muito grande, e quero dizer a você que só o carro da ronda do quarteirão da ronda não resolve o problema do seminário, o seminário precisa de uma delegacia, o seminário hoje é uma cidade não é só um bairro, mas ta tornando em si uma cidade e isso precisa na nossa comunidade [...] A gente precisa mais de segurança, quando a gente solicita a presença da polícia, quando vem chegar tem passado os problema. Veja a delegacia de hoje encontra muito distante, quase perto de Juazeiro, precisamos hoje pra resolver alguma coisa temos que ir em juazeiro porque o Crato a noite não tem escrivão pra se resolver nada. [...] Sem uma associação não existe o movimento na comunidade porque uma comunidade, para ela poder andar, ela tem que ter associação. Sem associação não tem porque como você cai reivindicar alguma coisa pra comunidade, uma praça, uma sede, qualquer coisa? [...] O que faz vir as coisas para o bairro é a união, e se existir pessoas de garra que lute e vá atrás [...].

Seu discurso revela então a percepção da contradição entre a imagem da cidade que lhes motiva e as reais condições de vida que vivenciam. Esta incoerência entre a cidade idealizada e as sobras da cidade que se lhes oferece com todas as carências, deficiências e mazelas, é um forte componente entre o conjunto de fatores que lhes faz determinados na luta. Não há opções fora da luta.

Você vê hoje a nossa comunidade Vitória Nossa, era uma comunidade caída, ela foi implantada de sofrimento, mas hoje é uma comunidade das melhores [...] porque ela veio através da associação de luta [...] Ainda falta muito pra que ela fique melhor. [...] é muito bom ter essa recordação, é a minha vida digamos assim, é de infância foi uma vida sofrida, então eu não soube o que era uma escola [...]

No surgimento da Comunidade Vitória Nossa fizeram parte dois agrupamentos: as comunidades do Vulcão e da Caveirinha. No início as reuniões aconteciam embaixo de árvores. O movimento cresceu e ganhou visibilidade já no início da formação da nova comunidade. As casas dos moradores eram barracos feitos de sucata de madeira, folhas de flandres, papelão, plástico, e algumas de taipa. Durante a primeira estação chuvosa após a ocupação, a água que descia derrubou muitas das casas encostadas nas barreiras. Procuraram a imprensa e conseguiram divulgar a precariedade que viviam. A informante conclui descrevendo aquilo que ela entende como sendo seu papel:

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

Hoje nos moramos numa casa, num local digno, como pobre, mas digno. [...] então, pra isso é que serve o meu trabalho dentro da comunidade: pra trazer benfeitorias pra comunidade. [...] Então surgiu que eu fosse presidente da comunidade pra reivindicar dos gestores o que faltava pra comunidade, porque como eu já disse, nossa comunidade não tinha nada, era uma comunidade morta, só lixo e mato, não tínhamos nada, nem água a gente tinha. Hoje temos água todo dia, nossa comunidade hoje é uma das melhores que tem dentro do Seminário sem querer discriminar as outras, mas porque a questão da luta, eu não me sosseguei; não me cansei enquanto eu não conseguia trazer o que eu estava pedindo pra essa comunidade. Então a gente sabe que falta muito, mas o principal a comunidade tem. O que eu entendo por política é isso; política é uma chave principal para qualquer movimento de uma cidade.

Faz parte da função de coordenador um extenso rol de competências e tarefas: convida as pessoas para participarem de sua iniciativa, organiza os envolvidos, dirige reuniões, desenvolve métodos para coesão dos participantes, orienta-os, mantém-se informado das novidades de interesse do coletivo, representa o grupo, interliga o grupo que representa com outros, faz a ponte entre o grupo e os órgãos públicos e como é o representante do grupo frente aos poderes instituídos, tornam-se profissionais do “trabalho social”. Todos os grupos que fazem o movimento de luta pela moradia, no campo dessa pesquisa dependem de um líder para terem eficácia política.

Pelas suas atribuições, o papel de coordenador pode ser considerado como de líder. Na tipologia da sociologia das organizações, essa figura estaria igualmente classificada nas três situações de liderança: empreendedor, organizador e integrador. Embora os limites da sua ação sejam elásticos, o presidente de associação desenvolve uma forma de liderança que na tipologia weberiana de formas de autoridade é, sobretudo, uma liderança carismática. A definição weberiana sobre os tipos de dominação legítima estabelece como critério para dominação carismática a afeição à pessoa do líder. Ele é líder porque uma “comunidade” o reconhece como líder. “Segue-se o líder por suas qualidades e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste” (WEBER in COHN, 1991, p. 135). Tais líderes, muitas vezes além de organizadores, mobilizadores e porta-vozes, fazem parte da própria razão de ser do grupo, ou seja, embora o que mantenha a coesão grupal esteja ancorado na conquista de direitos básicos, sem a presença do líder o grupo não existiria.

Atuando de forma coletiva organizada ou de maneira meramente isolada. Os movimentos sociais na cidade do Crato se efetivaram a partir da década de 1970 e conquistaram espaços de moradias na cidade. Na realidade local, tiveram uma contribuição

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

presente da ala progressista da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, e dos partidos políticos de esquerda, especialmente PT e PC do B. Mas de certa forma, diferenciou-se em alguns aspectos de ações coletivas em outras cidades, como o de não manter uma estrutura organizacional de maior âmbito, ou seja, as ocupações e os movimentos lutavam basicamente por necessidades mais prementes, se configurava o anseio de resolver os problemas individuais através da coletividade momentânea. Também não surgiram ações para uma articulação mais ampla, uma “regionalização”, dos movimentos sociais de luta pela moradia. O que tem acontecido são mobilizações com caráter pontual.

No próprio município, através das interações entre lideranças e moradores, as experiências vivenciadas de conquistas foram divulgadas e os movimentos inicialmente isolados influenciaram moradores de outros bairros da cidade a se organizarem e lutarem para ocupar e produzir os seus espaços de moradia, na maioria das vezes, áreas ou espaços pertencentes ao Estado e a Igreja. Dessa forma, a expansão da cidade tem sido produzida e materializada com a atuação e influência desses movimentos, contradizendo os interesses dos detentores do capital que acumulam terras urbanas como forma de diversificação de investimentos e poupança.

Na cidade do Crato, os movimentos sociais atuantes no processo de luta pela moradia fizeram surgir a ocorrência de vários bairros que tiveram sua produção efetivada por ocupação, tais como os Bairros: Seminário, Alto da Penha, Novo Horizonte, Mirandão, Vila Sardinha, Mutirão, entre outros.

O bairro do Seminário, em meados das décadas de 80 e 90, onde se caracterizava pelo auge das ocupações existentes no bairro registrou mais de quatro ocupações. Ocupações essas, que se deram, de forma geral em áreas ou terras pertencentes a diocese da cidade do Crato. No bairro Mirandão aconteceram duas ocupações. A primeira delas não se efetivou, devido ao grande poder dos especuladores imobiliários. Os participantes da ocupação não estavam suficientemente organizados e acabaram sendo desapropriados e retirados do local. Outra ocupação ocorreu no mesmo local 10 anos depois. Nela, os ocupantes conseguiram construir barracos de lona, houve repressão policial, mas os ocupantes conseguiram se manter no local até os dias de hoje.

Embora a mobilização tenha se dado de maneira organizada, constata-se que a tomada de posse posterior se deu de forma espontânea, ou seja, não havia critérios na distribuição dos espaços nem do posicionamento mais adequado das moradias. O bairro do Mirandão, onde

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

parte da população residente é de pessoas da classe média, gerou um processo de segregação sócio-espacial muito intenso, com freqüentes repressões às pessoas que ocuparam espaços devolutos ou periféricos. Os processos de sociabilidade urbana eram e são extremamente conflituosos, pois se intercalam dentro de um mesmo espaço classes sociais distintas.

No caso do bairro Mirandão percebeu-se que as ocupações tinham também um caráter de estratégia comercial ou de negócio. Muitos das pessoas que ocupavam as áreas ociosas do bairro, depois de algum tempo vendiam-nas. Deve-se considerar que à falta de infra-estrutura e trabalho que garantisse a permanência nesses espaços, levava a parte dos ocupantes a impossibilidade de lá permanecer. A fixação daqueles moradores não se efetivava, devido à falta de políticas públicas voltadas a moradia, ao trabalho, saúde, etc. Assim, as pessoas que ocupavam esses espaços acabavam por vender seus barracos, e iam sobreviver a partir desse processo, posteriormente, ocupando outras áreas gerando assim, uma espécie de especulação imobiliária informal.

Dentre os movimentos da cidade do Crato, destacamos a FEC (Federação das Entidades Comunitárias), que se caracteriza por ser uma federação de âmbito maior que agrega diversas associações de distintos bairros. Esta entidade se propõe a recrutar, cadastrar e prestar assistência jurídica às associações comunitárias existentes na cidade. É função da FEC além de articular as associações, encaminhar suas reivindicações a órgãos públicos, administração municipal, governo estadual e federal. As suas “bandeiras de luta” dizem respeito a questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida nos bairros que as associações e os moradores participantes representam. Localizamos ainda várias associações existentes, nas quais se destacam: Sociedade Pró-melhoramento do Bairro do Seminário, Associação Pro-Melhoramento do Bairro Pinto Madeira, Associação 10 de Fevereiro, Associação do Bairro Muriti, Associação do Bairro Belmonte.

Os movimentos sociais urbanos existentes e atuantes na cidade do Crato organizados em forma de associações de moradores se encontram atualmente com pouca visibilidade do ponto de vista das manifestações públicas e é fato que muitas dessas organizações se institucionalizaram. Vigoram nessas modalidades de atuação como “apêndices” de entidades públicas, em parte decorrente da nova conjuntura política do país, que se apresenta como canais assistências por onde o Estado faz chegar alguns benefícios à população mais carente. Nessa conjuntura, tais movimentos funcionam em articulação institucional, às vezes com atuação burocratizada e a promoção de lazer ou se institucionalizam a tal ponto que há em

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

suas práticas um predomínio da atuação formal e oficial, descaracterizando-os como canal de expressão e reivindicação. Esse declínio dos movimentos ocorreu *pari passu* às políticas públicas implantadas pelo Estado, que acabaram por acomodar ou cooptar grande parte dos atores sociais envolvidos nos processos de luta por melhores condições de moradia e sobrevivência.

Contudo, embora algumas das associações tenham perdido suas características originais, como a reivindicação de equipamentos urbanos e a melhoria da qualidade de vida, passando a priorizar a atuação no campo religioso, a grande maioria tem se constituído em referência de luta no bairro e mantém o papel de representação frente às disputas por recursos públicos e assistência estatal.

Considerações finais

Tomando a cidade de Crato como campo de aproximação empírica, constatamos que a busca por melhores condições de vida e o direito a moradia, estão inseridas entre as principais reivindicações dos grupos organizados. Em virtude das manifestações, os conflitos envolvendo ocupantes, proprietário de lotes urbanos, Igreja, e Municipalidade, ganharam visibilidade. No cenário de aglutinação, organização e mobilização de indivíduos num coletivo, ganha destaque o papel das lideranças que, nesse caso, atuam como líderes carismáticos.

A partir da observação dos movimentos nessa cidade, sugerimos que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia têm apresentado uma importância fundamental no processo de produção dos espaços urbanos das cidades médias brasileiras, além de se constituírem num dos instrumentos mais importantes de confronto da sociedade civil organizada perante o Estado e controladores dos espaços das cidades.

Gostaríamos de sugerir a partir de uma inspiração weberiana que além de fatores estruturais, a diversidade de fatores culturais e conjunturais que determinam ou influenciam a emergência de movimentos sociais, indica para o estudo acadêmico que há especificidades em cada caso, e estas se traduzem na busca antropológica em analisar uma situação de perto e de dentro, ao invés de longe e de fora. Contudo, tais especificidades não suprimem regularidades determinantes mais amplas, implicando em se contemplar *pari passu* metodologias micro e macro sociológicas.

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

De movimentos cuja gênese se fixava na solução imediata do problema de falta de espaço para moradia, a maior parte desses movimentos migra para associações de moradores organizados e vão incorporando novas funções, nas quais se destaca a sociabilidade e lazer, espaço de práticas religiosas e canais de efetivação de políticas públicas. Com a introdução de novos papéis no coletivo, câmbios diferenciados se estabelecem entre sociedade civil organizada e os aparelhos do Estado, caracterizando um momento inovador na trajetória dos movimentos que demandam aprofundamento nos estudos, ainda por fazer.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição: Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Centro gráfico, 1988.

BRASIL. Leis, Decretos. **Lei 10.257/2001** - Estatuto da Cidade. Brasília: Senado Federal / Centro gráfico, 1988.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

COHN, Gabriel (org). **Max Weber**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura: 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a Produção do Espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 02 set. 2004.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e a luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

João César Abreu de Oliveira Filho; Domingos Sávio de Almeida Costa

_____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (Org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**.

Disponível em:

ww.ibge.gov.br/.../populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.xls- Acesso em: 12/02/2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Ação coletiva e questão urbana: o que há de novo? **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 28 a 31 de julho de 2009. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Disponível em:

<<http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/TrabalhoSite/TrabalhosSite.asp?Codigo=41>> Acesso em: 11/02/2010.

RENOM, Karin D. Movimento social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008. (Coleção Paradidáticos. Série Poder).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3ª Edição. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social Urbano. **Revista Formação**, nº 14 volume 1 – p.150-166 [2007].

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Violência e conflito nas grandes cidades. In: **VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio**. Coimbra, 16, 17, e 18 de setembro de 2004. Disponível em:

<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel6/GilbertoVelho.pdf>> Acesso em: 22/09/2009.